

JOÃO MACHADO «Agricultura tornou-se um sector de esperança para o País»



António Pires Vicente

ESTÁ HÁ VÁRIOS ANOS NA PRESIDÊNCIA DA CAP, TEM PORTANTO UMA VISÃO PANORÂMICA PRIVILEGIADA DO PAÍS, E PARTICULARMENTE DO SECTOR AGRÍCOLA. QUE ANÁLISE É QUE FAZ DO MOMENTO QUE PORTUGAL ESTÁ A VIVER, COM UM OLHAR NATURAL E MAIS ESTREITO SOBRE A AGRICULTURA?

– Nós estamos a viver momentos muito delicados em Portugal. Podemos dizer que em parte todos nós portugueses e os governos do nosso País nos últimos anos tiveram responsabilidade nesta matéria, mas há também uma parte de responsabilidade bastante grande da política europeia e daquilo que tem sido a maneira como este assunto das crises soberanas tem sido conduzido na Europa desde a crise de 2008 nos Estados Unidos. Há de facto aqui, no nosso entender, uma quota-parte bastante grande de responsabilidade da maneira como a União Europeia tem tratado esta matéria, deixando que o mercado e os operadores do mercado ataquem países mais fracos como Portugal e a Grécia, e agora está-se a ver que esse é o caminho errado, porque eles já passaram dos países mais fracos – Portugal, Grécia e Irlanda – para países mais fortes como a Espanha e a Itália, o que vem demonstrar que a União Europeia devia ter olhado para esta matéria como um todo, sobretudo no conjunto de países da união económica e monetária; não o fazendo correu este risco que agora vai ter que corrigir. Mas a situação, de facto, é muito preocupante para o nosso País e nós temos que a atacar de frente e com grande coragem, sob pena de não conseguirmos vencer esta crise. Como é que a agricultura se porta em tudo isto? A agricultura é um sector primário privilegiado porque produz bens transaccionáveis essenciais e de primeira necessidade, que podem ser consumidos em Portugal e lá fora. Isso quer dizer que a agricultura pode exportar mais e pode-se substituir importações, e portanto nessa matéria é um sector extremamente relevante para poder ajudar o País e para podermos sair da crise, assim como para ajudar as contas do défice e para criar mais emprego. E é por isso que tantos responsáveis políticos – do Governo ao próprio Presidente da República, até às oposições – têm vindo a falar da agricultura como um sector fundamental neste momento. Pena é que durante tantos anos a agricultura tenha sido relegada para segundo plano, privilegiando os governos sucessivamente a terciarização da economia, o que nós achamos que foi um erro. Parece-me que neste momento o olhar dos políticos vai nesse senti-

O ALLENQUERENSE JOÃO MACHADO, PRESIDENTE DA CAP – CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL, DESDE 1999, DIZ QUE O SECTOR AGRÍCOLA PODE DAR “UM GRANDE CONTRIBUTO AO PAÍS” NO ABASTECIMENTO SUBSTITUINDO AS IMPORTAÇÕES, AJUDANDO ASSIM PORTUGAL A ENFRENTAR UMA GRAVE CRISE QUE CONSIDERA TER COMO RESPONSÁVEIS “OS PORTUGUESES E OS GOVERNOS DOS ÚLTIMOS ANOS, MAS TAMBÉM COM UMA QUOTA-PARTE BASTANTE GRANDE A UNIÃO EUROPEIA”. EM ENTREVISTA AO NOVA VERDADE, JOÃO MACHADO,

DE 54 ANOS, NATURAL DE ABRIGADA, ONDE CONTINUA AINDA HOJE A RESIDIR, TRAÇA UMA ANÁLISE DO “MOMENTO DELICADO” QUE PORTUGAL VIVE, APONTANDO OS CONTRIBUTOS QUE A AGRICULTURA, ENQUANTO “SECTOR DE ESPERANÇA PARA O PAÍS”, PODE OFERECER. ABORDA A EXPECTATIVA QUE A CAP TEM EM RELAÇÃO AO NOVO GOVERNO E À NOVA MINISTRA DA AGRICULTURA, ASSUNÇÃO CRISTAS, DEFENDENDO AINDA A ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO LABORAL A UM SECTOR QUE SE DEBATE COM “UM PROBLEMA DE QUASE TOTAL AUSÊNCIA DE MÃO-DE-OBRA”. SEM RODEIOS, ACEITA TAMBÉM REVELAR O SEU OLHAR SOBRE ALENQUER E O SEU CON-

CELHO, DEFENDENDO A DEFINIÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA, PÓS-AEROPORTO DA OTA, POR PARTE DO MUNICÍPIO. MOSTRA-SE FAVORÁVEL À FUSÃO DE FREGUESIAS E, PERANTE O FIM DA ERA DE CONSTRUÇÃO EM MASSA, APONTA A NECESSIDADE PREMENTE DE UMA REDEFINIÇÃO DO MODELO DE FINANCIAMENTO DOS MUNICÍPIOS. DEFINE OS SECTORES AGRÍCOLAS NOS QUAIS O CONCELHO DEVE APOSTAR CLARAMENTE: VITICULTURA, HORTOFRUTÍCOLA E FLORESTAL. E ADVERTE PARA A NECESSIDADE DE COMBATER O ABANDONO DAS TERRAS, SOBRETUDO NO ALTO CONCELHO E NA ZONA MAIS LITORAL, COM UM EMPARCELAMENTO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES.

do, mas resta saber se nós temos neste momento em Portugal os meios necessários para podermos ajudar a agricultura a desenvolver-se, já que quando tínhamos essa possibilidade não quisemos e não privilegiámos este sector, e portanto agora os agricultores têm muito mais dificuldades em investir, em aceder ao crédito e em aceder aos fundos comunitários, porque tudo isto está em causa.

DIGAMOS QUE A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA NÃO É, NESTA ALTURA, MAIS NEGRA DO QUE A SITUAÇÃO DO PAÍS, EMBORA ESTEJA DIRECTAMENTE CORRELACIONADA...

– Pelo contrário, a situação da agricultura tornou-se nos últimos dois anos um sector de esperança para o País. Acontece que a agricultura lida com várias circunstâncias, algumas das quais nós não controlamos, sendo que este ano não tem sido um bom ano do ponto de vista climático para a agricultura portuguesa. Aqui temos um problema das intempéries que têm assolado o País e que têm dizimado produções, e nós vamos ter em muitos sectores menor produção que em anos anteriores. Não tem nada a ver com esta crise, tem a ver com a conjuntura climática no País. Depois temos uma outra situação que tem a ver com o investimento: a agricultura, ao contrário de outros sectores, tem vindo a responder positivamente a investimentos maciços no próprio sector e isso pode ser verificado pela execução e pelo conjunto de candidaturas que o programa de apoio à agricultura PRODER tem tido nos últimos dois anos. Há grande intenção de investimento, apesar de termos que ter consciência que de fundos públicos para o investimento estão só garantidos 30%, enquanto os restantes 70% têm que ser suportados pelos agricultores. E aqui temos dois problemas distintos: em primeiro lugar, nos 70% que dizem respeito ao agricultor há uma grande dificuldade de crédito (tanto em aceder ao crédito, como custo desse crédito); por isso temos vindo a dizer ao Governo que se quer continuar os investimentos na agricultura e quer aumentar as exportações como tem acontecido nos últimos anos e a diminuir as importações, tem que olhar para o problema do crédito e para o seu custo; a segunda questão refere-se aos fundos públicos, que são em grande parte comunitários mas há uma pequena tranche que vem dos Orçamentos de Estado (OE), e essa parte que vem do OE condiciona todo o resto, porque se não houver a sua disponibilização pomos em risco todo o investimento, e

tem havido atrasos enormes e agora há mesmo alguma estagnação dessas verbas.



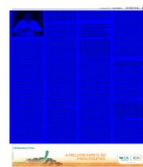
E COM O CONHECIMENTO QUE POSSUI E AS RESPONSABILIDADES QUE TEM, QUE TIPO DE RESPOSTA, DE COLABORAÇÃO, É QUE PODE TER O SECTOR AGRÍCOLA NESTA TENTATIVA DE PORTUGAL INVERTER O CICLO NEGATIVO EM QUE ENTROU E QUE ARRASTOU O PAÍS PARA UMA CRISE TÃO GRAVE?

– Bom, a agricultura tem tido um papel muito relevante nos últimos anos, porque, apesar de toda a crise, tem vindo a aumentar sustentadamente as exportações e o produto agrícola bruto interno, e tem vindo a diminuir as importações. Isso quer dizer que nós estamos a equilibrar a balança de pagamentos, o que é altamente favorável, e se fossem dadas condições aos agricultores para continuarem o caminho de investimento que há pouco referi, eu acho que estaríamos a caminhar no bom sentido. Nós temos orçamentado este ano, no OE aprovado pela Assembleia da República, 150 milhões de euros para partilhar os investimentos do PRODER, temos

vindo a dizer ao Governo – e também o dissemos à ‘troika’ (FMI, EU, BCE) quando tivemos a reunião com eles – que era absolutamente necessário que esta verba não ficasse cativa e fosse disponibilizada. Esses 150 milhões de euros alavancam um conjunto enorme de investimentos que depois eles próprios alavancam emprego e produto. Portanto, este é o contributo que a agricultura pode dar: criar mais emprego, mais produção nacional, e evitar importações e aumentar exportações. Se nos forem dadas essas condições, sobretudo ao nível do OE, estou certo que o produto interno bruto vai continuar a aumentar e que nós vamos atingir esse objectivo. Temos como disse alguns problemas, um deles já o foquei, é o custo dos factores de produção; neste momento há grande dificuldade de aceder ao crédito e o seu custo está incomportável. Depois temos o custo dos factores de produção, alguns deles bem conhecidos de todos os portugueses e a agricultura não é distinta nessa matéria; estamos a falar dos combustíveis, da electricidade, ou de coisas mais específicas como os adubos, os pesticidas e as rações animais. Tudo isto são factores muito importantes, que gravitam na órbita de responsabilidades do Governo e temos vindo a falar com os sucessivos executivos, mas sem grandes resultados.

ESTE GOVERNO AINDA ESTÁ HÁ POUCO TEMPO EM FUNÇÕES, MAS ENQUANTO DIRIGENTE MÁXIMO DA CAP TORNOU PÚBLICA UMA APECIAÇÃO POSITIVA SOBRE A NOVA TITULAR DA PASTA DA AGRICULTURA, ASSUNÇÃO CRISTAS. QUE EXPECTATIVAS É QUE TEM A CAP E OS AGRICULTORES PORTUGUESES EM RELAÇÃO À POLÍTICA DESTA NOVO GOVERNO?

– Nós dissemos antes das eleições que achávamos saudável que houvesse uma mudança. A CAP e os agricultores sempre trabalharam com governos socialistas,



JÁ FOI AGENDADA UMA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONCERTAÇÃO SOCIAL, MAS ENTRETANTO O GOVERNO JÁ AVANÇOU COM ALTERAÇÕES À LEI LABORAL. CONSIDERA QUE ESTE É UM SINAL POSITIVO POR PARTE DO GOVERNO?

– Em primeiro lugar, congratulamo-nos com a realização da reunião de concertação social, porque em momentos de crise é importante colocar as diversas entidades, seja as associações patronais e empresariais, os sindicatos e o próprio Governo, a falar umas com as outras. De facto, a matéria de legislação laboral é importante para uma parte da agricultura, mas não é o factor mais relevante. Porque? Porque nós temos 750 mil produtores agrícolas directos e indirectos – foi o que o Censo agrícola realizado agora acabou de dizer – e temos 50 mil trabalhadores assalariados. Portanto, a dimensão destas duas realidades demonstra bem que o problema mais importante na agricultura não se passa com a mão-de-obra assalariada, passa-se com a mão-de-obra própria dos agricultores. Nós acompanhamos de muito perto as negociações em sede de concertação social e consideramos que a questão da flexibilização dos despedimentos é muito importante para alguns sectores de actividade, não é tão importante para a agricultura. Para a agricultura, naquilo que diz respeito ao Código do Trabalho, o que é mais importante é alguns tipos de contrato especiais de curta duração, porque a sazonalidade no sector é muito grande, muita flexibilização nos horários de Verão e de Inverno, para podermos trabalhar mais quando há mais trabalho e podermos trabalhar menos quando há menos trabalho, alguns instrumentos para podermos repetir todos os anos a contratação de determinados tipo de pessoas sem que isso seja considerado um contrato a prazo que só pode ser feito três vezes. No fundo, há um conjunto de instrumentos na legislação de trabalho que não estão bem adaptados ao sector e é isso que temos vindo a trabalhar e a propor aos governos, e que esperamos que nesta revisão possam ser introduzidos, porque essa é matéria fundamental para o desenvolvimento da agricultura, sob pena de a agricultura não criar mais postos de trabalhos porque não tem uma legislação favorável para esse efeito.

O grande problema da agricultura que se põe neste momento é um problema de quase total ausência de mão-de-obra agrícola, isto é, nós queremos contratar e não existe ninguém. Mais, nós estamos com um desemprego que nunca tivemos em Portugal e apesar de tudo continuamos a importar mão-de-obra sazonal, agora até já de fora da Europa, neste último ano a contingentação veio quase toda da Ásia, nomeadamente da Tailândia, de trabalhadores que vêm por seis meses, para trabalhar nas colheitas ou para trabalhar nos produtos hortícolas frescos, porque nós não temos ninguém que queira trabalhar no sector agrícola. E não se paga tão mal como isso na agricultura, paga-se sempre acima do ordenado mínimo nacional e em muitos casos é um trabalho bastante bem pago. A nossa preocupação é que essa flexibilização e essa

adaptação da legislação de trabalho possa ter em conta um sector que é especial, que é a agricultura, e que possamos introduzir todos esses mecanismos dentro da nova legislação que vai ser agora aprovada.

«AEROPORTO ESTAGNOU CONCELHO DE ALENQUER E A PRÓPRIA AGRICULTURA DURANTE UMA DÉCADA. AGORA, É PRECISO UMA NOVA ESTRATÉGIA»

VIRANDO O OLHAR PARA ALENQUER, QUE NATURALMENTE CONHECE BEM, QUE ANÁLISE É QUE FAZ DO ESTADO DO CONCELHO, COMPARATIVAMENTE COM O PAÍS, E RECORDO QUE RECENTEMENTE HOVE UM JORNAL INGLÊS QUE EQUIPAROU A REALIDADE LOCAL COM O TODO NACIONAL, SENDO QUE ESSA COMPARAÇÃO ACABOU POR CHOCAR ALGUNS POLÍTICOS LOCAIS?

– Eu acho que o concelho de Alenquer tem particularidades que são muito positivas e tem tido ao longo dos últimos anos algumas vicissitudes que impediram o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar a questão do aeroporto, que estagnou durante uma década o concelho e a própria agricultura. Nós estivemos à espera que acontecesse uma coisa que afinal de contas não aconteceu. Todos os outros se desenvolveram à volta e nós ficámos parados no tempo. Perdemos tempo e agora tendo que recuperar esse tempo numa altura de crise é muito mais difícil do que numa altura de crescimento económico que foi o que aconteceu aos concelhos vizinhos – veja-se por exemplo a Azambuja, que teve um desenvolvimento enorme. Tem esse aspecto bastante negativo e que agora custa a ultrapassar, tendo no entanto aspectos muito positivos que me parece é a sua proximidade a Lisboa e à costa, e sobretudo as suas belezas naturais e o seu enquadramento. Alenquer é um concelho muito bonito e com muita história, é um concelho com muitas particularidades e julgo que nós deveríamos tirar mais partido disso; se calhar deveríamos fazer uma reflexão – e eu próprio me penalizo por eventualmente não ter dado todos os contributos que poderia dar – para termos um desenvolvimento integrado e estratégico do concelho. E talvez pudéssemos apontar em determinados sentidos e fazer todos força nesse sentido. Se calhar em Alenquer, que apostou durante demasiado tempo num desenvolvimento que tinha a ver com o aeroporto e que tinha a ver com construção e empresas, deveríamos ter hoje uma nova estratégia, talvez diferente, talvez até que nos traga mais qualidade de vida e que nos traga mais pessoas a quererem viver aqui por causa dessa qualidade de vida. Do ponto de vista agrícola, Alenquer tem tido investimentos muito importantes, porque posicionou-se dentro da região demarcada de Lisboa como uma região produtora de vinhos de qualidade com inúmeras quintas a produzirem vinho e os vinhos de Alenquer são

conhecidos e já ultrapassaram em muito até as fronteiras do próprio País. Depois para além disso temos um conjunto de quintas com história e também temos um conjunto de monumentos que é invulgar nalguns concelhos com esta dimensão. Eu acho que nós temos aqui potencialidades que pudéssemos desenvolver todos em conjunto e acho que Alenquer estando tão perto de Lisboa pode cativar turismo ou visitas de muito curto prazo e esse poderia ser um desenvolvimento importante. Esse é um trabalho em que a Câmara de Alenquer tem que pensar e tem que assumir em termos de estratégia. A verdade é que quando hoje olhamos para o concelho todos nós temos um amargo de boca por constatar-mos que não acompanhámos o desenvolvimento dos outros concelhos limítrofes e que nos deixámos atrasar inexoravelmente, e que apesar de já nos terem levantado essas restrições que tínhamos há uns anos atrás, ainda não encontramos um caminho conjunto, em que todos tivéssemos a mesma estratégia. Deveríamos pensar nisso de uma maneira integrada e ainda não o fizemos.

DEVERÁ SER ESSA A PRIMEIRA PREOCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO, DEFINIR UMA ESTRATÉGIA EM CONCERTAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL DO CONCELHO?

– Eu acho que se nós não tivermos uma estratégia de todo o concelho – e a câmara tem uma primeira responsabilidade aqui – não teremos desenvolvimento. Teremos sempre desenvolvimento pontual, desta empresa ou daquela outra que se sediam aqui em Alenquer – e temos empresas muito importantes na área da agricultura mas também noutras áreas –, agora não temos um eixo comum de desenvolvimento. Aliás, poderia até haver incentivos de várias ordens, da câmara, nomeadamente a nível de aligeiramento de burocracias, que pudessem incentivar desenvolvimento económico e criação de emprego nesses eixos que fossem estratégicos. Parece-me que a câmara aqui tem um papel fundamental, de liderança, nesta matéria.

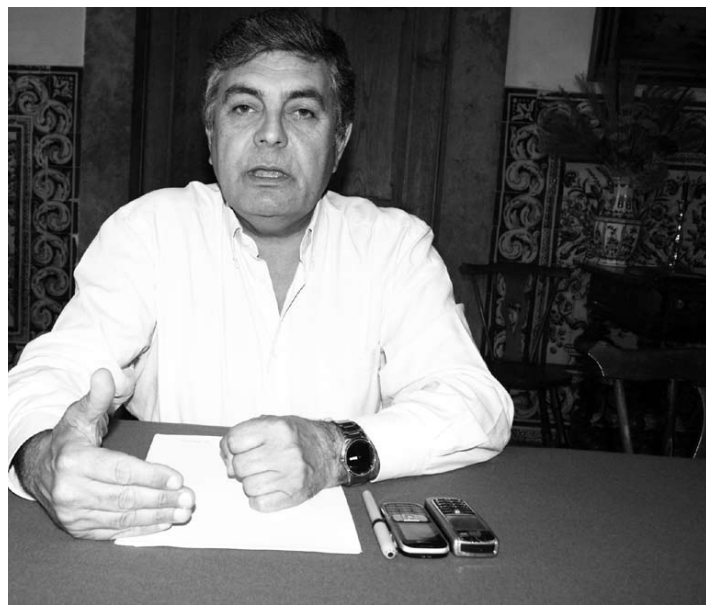
EM RELAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, NÃO TENDO HOJE EM DIA A CONSTRUÇÃO COMO A GRANDE FONTE DE RECEITAS QUE FOI NO PASSADO, COM UMA GRANDE DÍVIDA A CARGO E MAIS DE 700 FUNCIONÁRIOS, DE QUE MODO É QUE PODERÁ, NO SEU ENTENDER, COM O CONHECIMENTO EMPRESARIAL QUE TEM, DAR A VOLTA A UMA SITUAÇÃO DESTAS QUE NÃO PARECE DE TODO FÁCIL?

– Alenquer equipara-se a muitas outras câmaras neste País, não é a única. Nós enveredámos por um desenvolvimento regional baseado nos municípios em que as receitas cometidas às câmaras pelo poder central eram sobretudo receitas na área da construção, quer fosse novas construções quer fosse depois no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e parece-me que todos nós já percebemos desde a crise de 2008 nos Estados Unidos que esse foi um caminho que já deu frutos, já não volta atrás. E portanto nós temos hoje um modelo de desen-



volvimento alicerçado sobre impostos que não vão ocorrer porque esse modelo de desenvolvimento foi posto em causa. Temos que repensar aquilo que é o desenvolvimento regional, entre o Governo central e as próprias autarquias. O País vai ter que fazer esta reflexão. Se não a fizer o que vai acontecer é que vai matar o desenvolvimento regional, porque a construção não vai acontecer aos ritmos a que estava ante-

mentam-se novamente esse tipo de taxas e nós estamos aqui num caminho que é o caminho do abismo. Ou invertamos tudo isto e repensamos o sistema ou então julgo que ele não tem saída. Provavelmente a Câmara de Alenquer estará nessa situação como muitas outras, neste momento sem ver uma luz ao fundo do túnel, porque o sistema de financiamento das câmaras já deu o que tinha a dar.



riormente e as receitas não vão dar para pagar as dívidas das câmaras. Temos que encontrar outras formas de integrar as câmaras neste desenvolvimento e simultaneamente temos que lhes dar meios para elas poderem cumprir as suas funções. Isto compete ao estado, mas compete também à Associação Nacional de Municípios e aos próprios municípios individualmente. Dito isto, esta reflexão tem que ser feita, tem que ser pensada e tem que ser levada a cabo. Até lá as câmaras vivem com aquilo que têm e vivem com grande dificuldade. Mas também se insistirem no mesmo tipo de desenvolvimento e de impostos que têm tido no passado o que vão acabar é por asfíxia e por afastar do seu território empresas e cidadãos que vão querer ir para outros concelhos onde paguem menos impostos ou que paguem menos de água e de saneamento, e estas taxas começam a ter um peso em cima das famílias incomportável. Temos também que pensar que as câmaras hoje têm, se calhar, funcionários a mais – engordaram num tempo em que tinham que corresponder a um determinado tipo de desenvolvimento que hoje não está a existir e ao mesmo tempo têm um conjunto de receitas que não estão a ocorrer. Aquelas que estão a ocorrer estão a aumentar a um limite em que os cidadãos não podem, ou não querem, pagar, porque também eles estão em crise. Vai haver roturas e eu acho que era bom que antes de essas roturas existirem o estado e as câmaras pensassem nessa matéria. Nós temos vindo a alertar os responsáveis governamentais para aquilo que são os custos de contexto, em termos camarários hoje a nível do País. São custos totalmente inaceitáveis para os empresários agrícolas ou para os cidadãos em geral, quer a nível de saneamento, da água, ou de algumas taxas de serviços, e esse tipo de custos são impeditivos da instalação de novas empresas, da criação de novos empregos e de desenvolvimento do concelho. Temos aqui um ciclo vicioso em que as receitas são menores, aumentam-se as taxas, fixam-se menos pessoas, atraí-se menos investimento, as receitas não dão outra vez au-

CÂMARA DE ALENQUER QUE, A EXEMPLO DAS DEMAIS, TERÁ QUE, EVENTUALMENTE, PROMOVER UMA REDUÇÃO DO NÚMERO DE FREGUESIAS NO CONCELHO, CONFORME RESULTA DE UMA DAS MEDIDAS ACORDADAS PELO ESTADO PORTUGUÊS COM A 'TROIKA'. CONSIDERA, DE FACTO, EXAGERADO O NÚMERO DE 16 FREGUESIAS NO CONCELHO, INCLUINDO DUAS NA SEDE DE CONCELHO?

– Eu não conheço suficientemente bem a divisão administrativa do concelho e a dimensão das freguesias para me pronunciar com conhecimento de causa. Mas em termos gerais, a divisão administrativa do País foi muitas vezes feita sem nenhuma base técnico-científica. Foi feita porque era tradicional ser assim, ou por rivalidade entre uma margem do rio e a outra ou entre um lado da estrada e o outro, e tudo isso pulverizou a divisão administrativa do País em número de câmaras e de freguesias. Isso obviamente que dispersa os meios e torna-os mais inoperantes. Tem que se gastar mais dinheiro para fazer a mesma coisa ou para fazer menos. Chegou por isso a altura, num momento de grande falta de dinheiro, de racionalizarmos estas questões e não pensarmos com o coração mas pensarmos com a cabeça; trata-se de todos nós pagarmos menos impostos autárquicos e menos impostos nacionais. A capital do País e Lisboa deram um bom exemplo no trabalho que já fizeram a este nível, lideram nesse sentido. Também li no vosso jornal que há freguesias do concelho de Alenquer [Triana e Santo Estêvão] que estão dispostas a fundir-se, ora parece-me que essa é a atitude inteligente e a atitude correcta. Se existem freguesias no concelho de Alenquer que estão disponíveis para esse trabalho de junção, julgo que está dado o pontapé de saída para nós todos, cidadãos, com a câmara, com as freguesias e os presidentes de junta nos juntarmos, fazermos um estudo como Lisboa fez em relação às suas freguesias, e fazermos uma proposta de divisão administrativa que racionalize os meios e que

torne, no fundo, mais barato fazer aquilo que se faz hoje cobrando menos aos cidadãos, ou então que se possa com aquilo que se cobra aos municípios fazer mais do que aquilo que se faz hoje. Esta é que é a grande opção.

NO QUE SE REFERE À AGRICULTURA, INTRINSECAMENTE LIGADA À CULTURA DA VINHA E DO VINHO, QUE PERSPECTIVA É QUE TEM SOBRE A REALIDADE CONCELHIA DO SECTOR?

– Há sectores que no concelho de Alenquer são importantes e que são também sectores que têm dado sinais de grande vitalidade em Portugal nos últimos anos. Em primeiro lugar o sector do vinho que é maioritário no concelho e que tem aumentado sempre, progressivamente, as suas exportações a nível nacional e que ainda o ano passado batemos novamente um recorde de exportações (com mais de 650 milhões de euros de vinho exportados em Portugal). Um sector em que claramente Alenquer pode apostar e pode apostar também na exportação como alguns empresários agrícolas do vinho desta região já faz em larga escala. Outro sector que tem tido grande vitalidade é o sector hortofrutícola. Alenquer não tem grande tradição de produção de hortícolas, embora eu acredite que nalgumas áreas mais planas e mais junto do Tejo, na parte Sul do concelho, tenhamos capacidade para esse efeito, mas o sector hortícola é um sector de grande expansão e é o sector que mais cresceu na exportação nos últimos anos. O sector das frutas tem vindo a crescer em termos de exportação e nós temos alguma tradição de fruta aqui no concelho, nomeadamente de pêra e de maçã, e portanto é algo que podemos apostar e temos condições para esse efeito, já que temos estruturas comerciais muito fortes na região, como o Solar da Pêra Rocha, que podemos aproveitar. E depois temos um sector que contribui em larga escala para as exportações do País e que está ligado à agricultura, que é o sector florestal, para o qual Alenquer também tem grande aptidão, nomeadamente quanto ao

eucalipto e ao pinheiro. Em resumo, temos dois ou três sectores que nalguns deles já temos desenvolvimento, como é o caso da vinha, noutros já tivemos mais do que temos mas podemos novamente apostar, como é o caso da fruta, talvez possamos apostar num sector que tem mercado no norte e centro da Europa, que é o dos hortícolas, e temos o sector florestal que tem vindo a representar uma boa fatia das nossas exportações. São boas notícias para a agricultura do concelho, resta saber se nós queremos aproveitá-las ou não. E resta saber também se as autoridades locais querem apoiá-las, sabendo que não têm meios financeiros para o fazer, mas sobretudo não pondo entraves burocráticos a que elas se instalem e que elas tenham esse desenvolvimento. Alenquer tem boas condições para ter uma agricultura bastante desenvolvida e tem um factor importante que é a proximidade ao grande mercado que é Lisboa, mas temos um problema básico a resolver, correspondente a uma fragmentação da propriedade que não se coaduna com aquilo que é a unidade económica na agricultura hoje em dia. Isto é, temos algumas propriedades de média dimensão no concelho, não temos nenhuma grande propriedade, mas depois temos uma fragmentação imensa de pequena e pequenissima propriedade agrícola, que hoje não tem nenhuma possibilidade em termos de viabilidade económica. Aqui nós temos um trabalho a fazer, se não queremos ter abandono, sobretudo numa parte que diz respeito ao Alto Concelho e à zona mais litoral do concelho, temos que olhar para meios que possibilitem que haja um emparcelamento real desse tipo de propriedades. Se assim não for, o que acontece é o abandono. Os agricultores sabem fazer contas e quando constatarem que a sua parcela de terreno não tem dimensão para poderem viver daquilo nem em part-time abandonam. Temos que resolver essa situação, dando dimensão a outros agricultores que querem ter essa dimensão, possibilitando que esses terrenos não sejam abandonados e sejam cultivados.

Nome: João Pedro Gorjão Cyrillo Machado
Instituição: AVA - Associação de Viticultores de Alenquer
Data de Nascimento: 19 de Março de 1957

- Empresário Agrícola desde 1982, numa exploração situada na Estremadura, cuja actividade principal é a vitivinicultura;
- Produtor-Engarrafador e exportador de várias marcas de vinho de qualidade - Alenquer - DOC;
- Membro do Conselho Geral da Comissão Interprofissional Vitivinícola de Controlo dos Vinhos - DOC - Alenquer - Arruda e Torres desde 1990;
- Membro fundador da AVA - Associação de Viticultores de Alenquer, desde 1990;
- Membro da Direcção da Associação dos Viticultores de Alenquer, desde 1990;
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto da Vinha e do Vinho (1993 a 1999);
- Vice-Presidente da Direcção da Confederação dos Agricultores de Portugal (Janeiro de 1994 a Fevereiro de 1999);
- Membro do Plenário e do Conselho Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social, desde 1994;
- Vice-presidente da Direcção da VINI PORTUGAL - Associação Interprofissional para a Promoção dos Vinhos Portugueses, de 1996 até 2002;
- Membro dos Órgãos Sociais do Fórum para a Competitividade, de 1997 até 2005;
- Presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, desde 1999;
- Vice-presidente do COPA - Comité das Organizações Profissionais Agrícolas, desde 1999 até 2001;
- Membro do Conselho de Administração da EFSA - Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar, desde Outubro de 2002;
- Presidente do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, desde Abril de 2003.

“AEROPORTO ESTAGNOU CONCELHO DE ALENQUER”

pág. 12-14

João Machado natural de Abrigada onde ainda reside, é há mais de uma década, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal. O dirigente reconhece que a situação de Portugal é difícil mas acredita que a agricultura poderá ter um papel decisivo na retoma económica do país. Sobre Alenquer, afirma que o concelho parou à espera de um projecto que nunca se concretizou (aeroporto), e que agora é necessária uma nova estratégia.

